



As muitas faces da censura brasileira¹

Eduardo RITTER²

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

Resumo

O presente artigo analisa o tema “censura na imprensa brasileira” dando ênfase a dois momentos principais: do surgimento da imprensa em 1808 até o fim do regime militar, em 1985, e a censura clandestina que é instaurada no país após a sua virtual redemocratização. Desproporções de forças políticas e econômicas entre os personagens que atuam nesse cenário, além do crime organizado, são os principais elementos dessa problemática contemporânea, conforme é mostrado neste estudo com exemplos históricos.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Censura; Ditadura; Política; Economia.

1 Introdução

Tanto no mercado de trabalho jornalístico, quanto no meio acadêmico, sempre que se fala em censura a conversa logo se volta para o Regime Militar, que assombrou o Brasil de 1964 até 1985, além dos governos anteriores. Entretanto, são inúmeros os casos de ataques contra a imprensa e de censura imposta aos jornalistas no período pós-redemocratização da política nacional. Alguns casos são conhecidos do grande público, como a tentativa de expulsão do correspondente do New York Times, Larry Rohter, feita pelo governo Lula, e outros nem tanto, como a tentativa de José Serra de silenciar uma matéria do Estado de Minas que estava sendo apurada por Amauri Ribeiro Jr. Na vertente contemporânea de atentados contra a liberdade de imprensa, garantidos pela Constituição Federal de 1988, também surge o crime organizado e a chantagem econômica feita por instituições de todos os tipos.

Nesse sentido, o presente artigo traz, em um primeiro momento, a contextualização histórica da censura no Brasil, com alguns casos que marcaram o surgimento e o desenvolvimento da imprensa brasileira, com ênfases na ditadura de Getúlio Vargas e do Regime Militar. Em um segundo momento é feita a análise de casos contemporâneos de uma censura clandestina que seguidamente assombra os

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 30 de maio a 01 de junho de 2013.

² Doutorando em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e bolsista Capes – modalidade 1.



jornalistas brasileiros. Por fim, vale lembrar que o que é apresentado aqui é uma síntese de fatos e ideias que podem e devem ser mais trabalhadas futuramente.

2 A censura em períodos de ditadura

Em sua obra Cale a boca, jornalista, Jorge (2008) apresenta uma visão crítica sobre a censura que a imprensa brasileira vive desde o seu surgimento, em 1808, período este denominado por Sodré (2011) de imprensa colonial³. É inquestionável que até o fim da ditadura militar de 1964 até 1985 a imprensa brasileira sempre teve que conviver com todo o tipo de censura política e militar. Entretanto, para muitos que apresentam uma visão baseada no censo-comum, a censura teria terminado com a queda do Regime Militar no Brasil e a liberdade de imprensa teria renascido com a virtual redemocratização do país após a eleição de Tancredo Neves em 1985. O que será mostrado no presente estudo é justamente o contrário: a censura não só foi transformada pelo novo sistema e a expansão do capitalismo, como também ainda volta a aparecer frequentemente no campo político-ideológico.

Antes de serem apresentados alguns fatos contemporâneos que demonstram a existência da censura, mesmo que em pequeno grau, será feita uma breve contextualização histórica dos períodos de censura vividos em períodos de ditadura no Brasil.

O primeiro caso de forte repressão feita a um jornalista brasileiro apontado por Jorge (2008) data de 1821, quando começou a circular na Bahia o Diário Constitucional, que desde o seu nascimento passou a ser perseguido pelas Cortes de Lisboa. Em julho de 1822, ou seja, antes da proclamação da independência, que ocorreria em 7 de setembro daquele ano, o jornal criticou o envio de tropas pela corte portuguesa para submeter as Vilas do Recôncavo, fazendo com que um grupo de soldados, comandados pelo coronel Almeida Serrão, invadisse a oficina de O Constitucional. O que aconteceu foi descrito por Jorge (2008, p.30-31):

[...] o coronel Almeida Serrão, *o Ruivo*, invadiu a oficina de O Constitucional, insultou um dos seus donos, e, após xingá-lo muito, puxou-lhe os fios da barba, dizendo que ele não se achesse a imprimir outra vez o tal papel, pois do contrário... Encerrado esse *primeiro ato de bravura*, o militar correu até a residência de um dos diretores do jornal, mas, como o homem não estava lá, quebrou os móveis da casa, diante da família estarrecida. Veio, por fim, o seu *terceiro ato de bravura*: assaltou as lojas

³ Para Sodré (2011) a imprensa colonial no Brasil durou até 1822, quando inicia o que o autor denominou de “a imprensa da independência”.



onde os exemplares do periódico eram vendidos, rasgou-os e maltratou os pobres vendedores.

Mesmo depois da independência do Brasil, as perseguições de um grupo ao rival prosseguiram e, como retrata Jorge (2008) eram comuns casos em que a pessoa mencionada na crítica feita por um jornal fosse tirar satisfações pessoalmente com o jornalista, ou senão, armava uma emboscada para agredir ou até matar o autor do texto.

Um dos casos mais conhecidos desse período de transição, e destacado por Jorge (2008), foi a morte do jornalista frei Joaquim do Amor Divino Rabelo e Caneca, ou somente frei Caneca, que colaborava com o jornal Typhis Pernambucano, na revolução de 1824 que tinha como objetivo criar uma república formada pelas províncias do Ceará, Piauí, Alagoas, Paraíba, Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Com o fracasso da revolução, o jornalista acabou sendo fuzilado no dia 13 de janeiro de 1825.

Jorge (2008) e Sodré (2011) apresentam em suas obras diversos relatos de perseguição a jornalistas até a virada do século XIX para o XX. Entretanto, pode-se afirmar que no período pré-rádio e pré-revolução de 1930, a cena continuou sendo comum: autoridades e pseudo-líderes que se sentissem ofendidos por um jornalista tratavam de agredi-lo, ameaçá-lo e, por vezes, até matá-lo. Algumas histórias ficaram célebres justamente por essa perseguição repressiva. Uma delas envolveu Mário Rodrigues, pai de dois famosos jornalistas brasileiros: Mário Filho e Néelson Rodrigues.

Em 1915, com a derrota de Dantas Barreto para Manuel Borba no governo pernambucano, Mário Rodrigues, que liderava uma defesa isolada a Dantas Barreto no Jornal da República, teve que deixar seu estado. Levando a mulher e mais de uma dezena de filhos, incluindo Néelson e Mário Filho, no final de 1915 o jornalista chegava a então Capital Federal, o Rio de Janeiro, onde trabalharia no Correio da Manhã (CASTRO, 1992).

Na década seguinte, a repressão em todo o Brasil seguiu sendo feita contra jornalistas. Uma dessas vítimas foi o jornalista Paulo Barreto, mais conhecido como João do Rio, que ficou conhecido, dentre outros trabalho, pela sua obra O momento literário (1994). Em 1920, João do Rio lançou na capital federal o matutino A Pátria, que assumiu uma posição contrária à Marinha, pois a pesca na época se concentrava majoritariamente nas mãos de portugueses. Diante de uma dessas críticas, o capitão da Marinha, Frederico Vilar, responsável pelo programa de nacionalização da pesca, foi até o jornal para aplicar uma surra no jornalista. Não o encontrando lá, foi, acompanhado de seus capangas, até o restaurante em que o jornalista almoçava.



Dirigiram-se ao restaurante da Brahma, ali nas imediações, onde o obeso João do Rio, fiel amigo dos prazeres gastronômicos, comia vorazmente, “a grandes garfadas”. Os seis homens, após cercá-lo, aplicaram-lhe vários socos. Um grito ecoou:

- Canalha!

E escafederam-se. João do Rio, *manta de toicinho com dois olhos*, caiu no chão, ficou estatelado. Garçons e fregueses o ajudaram. Da sua cabeça escorria sangue, por causa dos ferimentos (JORGE, 2008, p.98).

A situação seguiu assim até a revolução de 1930, quando um dos maiores ditadores da história do Brasil tomou posse do governo: Getúlio Vargas.

2.1 A mordação aos jornalistas no governo Getúlio

Muita coisa mudou com a revolução de 1930 no Brasil. Inclusive a censura, que se profissionalizou com o aprimoramento do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Entretanto, para contextualizarmos como Getúlio chegou ao poder, é preciso voltar um pouco no tempo. Em 1926, em São Paulo, houve a última dissidência do Partido Republicano. Seus dissidentes fundaram o Partido Democrático, que defendia diversas reformas, entre elas, o programa de educação superior e a derrubada do Partido Republicano do poder. Com isso, São Paulo chegou dividido às eleições presidenciais de 1930. Aqui, abre-se um parêntese para explicar que o maior desgaste republicano deu-se durante a crise de 1929, com a superprodução de café que levou o governo a frequentes desvalorizações de seu preço (LOVE, 1975).

Conforme Love (1975), a chamada República Velha foi o período histórico do Brasil que durou entre a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, e a Revolução de 1930 que depôs o então presidente da República Velha, Washington Luís. Dessa forma, chegou-se ao ano de 1930 com São Paulo dividido, e o Rio Grande do Sul, que enfrentara uma guerra civil em 1923, estava unido, com o então líder do Estado, Getúlio Vargas, tendo feito o Partido Republicano e o Partido Libertador se unirem.

Com isso, o Partido Republicano Mineiro (PRM) passa para a oposição, formando a Aliança Liberal com os segmentos progressistas de outros estados e lançando Getúlio Vargas para a presidência, tendo o paraibano João Pessoa como candidato a vice-presidente. Conforme Love (1975), no começo de 1929, Washington Luís indicou o nome do líder de São Paulo, Júlio Prestes, como seu sucessor. Essa indicação foi apoiada por presidentes de 17 estados. Apenas três estados negaram o apoio a Prestes: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Já os políticos mineiros



ficaram à espera de que Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, então governador do estado, fosse o indicado por Washington Luís para ser o candidato à presidência. Assim, a política do café com leite chegou ao fim e iniciou-se a articulação de uma frente oposicionista ao intento do presidente e dos 17 estados de eleger Júlio Prestes. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba uniram-se a políticos de oposição de diversos estados, inclusive do Partido Democrático de São Paulo, para se oporem à candidatura de Júlio Prestes, formando, em agosto de 1929, a Aliança Liberal.

Em 1º de março de 1930, foram realizadas as eleições para presidente da República, que deu a vitória ao candidato governista, que era o presidente do estado de São Paulo, Júlio Prestes, com mais de um milhão de votos contra apenas 742.794 dados a Getúlio, que obteve quase 100% dos votos no Rio Grande do Sul. A Aliança Liberal, no entanto, recusou-se a aceitar a validade das eleições, alegando que a vitória de Júlio Prestes era decorrente de fraude. A partir daí, iniciou-se uma conspiração, com base no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. Em consequência, Júlio Prestes não tomou posse e foi exilado.

Já para os jornalistas, na prática, a censura apenas mudou de lado. O movimento oposicionista, que conforme Moraes (1994, p.201) “contava com a simpatia dos maiores jornais do Rio e de São Paulo” também passou a contar com o apoio de outros jornais do país. Entretanto, esses mesmos jornais e jornalistas que apoiaram a revolução, acabaram, durante o Estado Novo, sendo perseguidos pela ditadura de Getúlio. Esse foi o caso, por exemplo, de um dos maiores e mais poderosos nomes que a imprensa brasileira já teve: Assis Chateaubriand, dono de uma rede de jornais e revistas (que mais tarde incluiu emissoras de rádio e de televisão) conhecida como Diários Associados.

Inclusive, segundo Moraes (1994, p.204), “o prestígio Chateaubriand desfrutava junto ao alto comando aliancista”, entretanto, por ser jornalista, ele acabava muitas vezes decepcionando os seus aliados políticos, como destaca Moraes (1994, p.204): “Conviver com segredos e não publicá-los no jornal era a negação absoluta daquilo que ele mais se orgulhava de ser: um repórter”. Entretanto, assim como aconteceu no relacionamento de Chateaubriand com outros governos, antes e durante a Revolução ele apoiou os revolucionários para depois voltar a ocupar lugar na oposição. Aliás, com Getúlio Vargas o homem mais poderoso da imprensa brasileira da época teve momentos de apoio mútuo e de ódio recíproco, como quando ele foi preso e teve o irmão exilado. Entretanto, mesmo utilizando métodos sempre antiéticos, Chateaubriand não se abateu diante da repressão getulista: “Nem a prisão, o exílio do irmão e dos amigos, a



separação da mulher, o confinamento em São Paulo, a derrota na Justiça – nada disso tinha conseguido fazê-lo esmorecer” (MORAIS, 1994, p.309).

Mas se para um homem poderoso e dono da maior rede de jornais do país da época já foi impossível escapar das garras da ditadura de Getúlio Vargas, para os jornalistas menos poderosos essa caça foi ainda mais brutal.

O Estado Novo durou até 1945, sempre com muita repressão aos jornalistas. Foi no referido ano que Getúlio foi deposto, sendo substituído por José Linhares, então presidente do Supremo Tribunal Federal, como previa a Constituição. Entretanto, o retorno de Vargas à presidência da República em 1951 marcou o retorno do seu estilo ditatorial no comando do país. E sua passagem pela presidência da República foi encerrada justamente em um dos episódios mais polêmicos envolvendo a sua capacidade de repressão e que acabou resultando em seu próprio suicídio:

Aconteceu no dia 5 de agosto de 1954, já no início da madrugada, no momento em que o jornalista voltava para o seu lar na rua Tonelero, em Copacabana, junto de um filho e do major Vaz, da Aeronáutica. Dois pistoleiros, de tocaia, abriram fogo. Lacerda recebeu um tiro no pé e o militar estatelou-se na calçada, o sangue jorrou-lhe do peito e ensopou a sua camisa amarela. O major não tardou a falecer.

A identificação dos autores do crime, indivíduos da guarda pessoal de Getúlio, provocou o suicídio deste, no dia 24. Sob certo aspecto, os tiros desfechados em Lacerda, um dos quais liquidou o major Vaz, foram tiros contra a imprensa, estampidos contra a voz de um jornalista (JORGE, 2008, p.147).

O autor acrescenta que, nesse caso, não importa que Carlos Lacerda, o jornalista envolvido no episódio, anos depois viria a ser um político tão repressor quanto aquele que ele criticou enquanto atuava como jornalista. Mesmo com o fim do governo Getúlio, até o golpe de 1964, os jornalistas seguiram enfrentando represálias, como por exemplo a invasão da polícia carioca à redação da Tribuna da Imprensa e da sucursal do Estado de São Paulo no Rio de Janeiro para apreender os exemplares dos dois jornais, ou ainda, a surra que o ex-governador do Rio Grande do Sul e então deputado federal pela Guanabara, Leonel Brizola, deu no jornalista David Nasser no Aeroporto Galeão em 1963.

2.2 As atrocidades do golpe de 1964

Em 1961, sob o comando do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, foi realizado um movimento que ficou conhecido como a Campanha da Legalidade. A rede, que contou com a adesão de emissoras de rádio principalmente do



Rio Grande do Sul, foi muito bem descrita e analisada por Silva (2011) em Vozes da Legalidade. Na obra, o autor revela como a rede trabalhou no sentido de garantir o cumprimento da Constituição após a renúncia de Jânio Quadros, com a posse do seu vice, João Goulart.

Entretanto, como ressalta Silva (2011, p.212) “em 31 de março de 1964, os militares conservadores completam finalmente o golpe esboçado três anos antes”. A partir de então, começa a série de atrocidades cometidas pelo governo militar contra os brasileiros, destacadas na obra Brasil: nunca mais, da Arquidiocese de São Paulo (1989), e contra os jornalistas brasileiros, descritas por Jorge (2008) em Cale a Boca, jornalista!

As duas obras são fundamentais para os pesquisadores do tema, entretanto, aqui se optou pela visão de Jorge (2008) que enfoca a repressão militar feita contra os jornalistas. Na obra, o autor contabilizou 20 jornalistas mortos pelo Regime Militar em duas décadas, ou seja, um por ano. Isso sem contar os demais, que foram torturados, e os que desapareceram sem constar em qualquer levantamento oficial.

Dois anos marcantes para a censura imposta pelo Regime Militar foram 1967, quando foi promulgada pelo Congresso Nacional a Lei 5.250, chamada de Lei de Imprensa, e sancionada pelo presidente Castelo Branco; e 1968, quando foi promulgado o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro. Jorge (2008, p. 173) resume os objetivos do AI-5: “além de restabelecer as cassações de direitos políticos e de mandatos legislativos, outorgou ao presidente da República a iniciativa de impor censura prévia à imprensa”.

Os relatos recolhidos pelo pesquisador apontam tanto casos de tortura, quanto casos de atentados feitos contra jornais da época. Um dos jornais que foi fortemente atacado pelos militares foi o Correio da Manhã. Em 1968, por exemplo, uma bomba foi arremessada contra o matutino, e no ano seguinte a sua proprietária, Niomar Muniz Sodré Bittencourt, e mais dois jornalistas da mesma empresa foram presos, além de proibir a circulação do jornal por cinco dias. Outro jornal que recebeu bombas do governo militar foi o Estado de São Paulo, em 1983.

Já os casos de atrocidades cometidas contra jornalistas foram muitos, e estão relatados detalhadamente no livro de Jorge (2008). Um deles envolve o repórter policial Antônio Carlos Fon, baiano, que trabalhava no Jornal da Tarde, de São Paulo. Devido a sua área de cobertura, Fon conhecia policiais e delegados do DOPS. E em uma noite de 1969, após ficar bebendo com o delegado Luís Orsatti e um escrivão, ambos do DOPS,



o jornalista foi para casa dormir. Após duas horas, foi preso delegado Raul Nogueira, que integrava o grupo clandestino de extrema direita Comando de Caça aos Comunistas, e que era conhecido por sentir prazer em espancar estudantes. O jornalista foi levado preso, sempre com uma arma apontada para a cabeça pelo delegado. Em depoimento a Jorge (2008, p.181) ele revela detalhes da tortura:

Fui levado para a câmara de torturas, no segundo andar, e durante três horas submetidos a *pau-de-arara*, espancamentos e choques elétricos. De tudo isso, lembro-me de que nada era mais terrível que os choques elétricos na cabeça, com um fio preso ao lóbulo da orelha e outro percorrendo os lábios, o pescoço ou o nariz. Esses choques provocavam uma contração tão forte dos músculos que a língua é mordida e estraçalhada pelos dentes. Fiquei vários dias sem poder comer, até que um enfermeiro do Exército obteve autorização para levar-me um pouco de gelo, que anestesiava momentaneamente a língua, permitindo que eu me alimentasse.

O jornalista ficou preso durante 20 dias no DOPS até ser transferido para o presídio Tiradentes. Conforme relata Fon, faltou pouco para ele ser executado:

O plano era simular uma tentativa de fuga e metralhar a mim e alguns outros presos que seriam levados em um microônibus para o Presídio Tiradentes. O alvo principal, no entanto, seria eu, de quem o delegado Sérgio Fleury teria ódio, devido às matérias do Jornal da Tarde, onde eu trabalhava, denunciando o Esquadrão da Morte (JORGE, 2008, p.184).

Entretanto, o plano não foi executado devido a grande presença de testemunhas. São diversos os depoimentos descrevendo esse e outros tipos de atrocidades cometidas contra jornalistas no período do Regime Militar.

Além das prisões, torturas e execuções, o governo militar também ameaçava empresas que anunciavam em alguns jornais e revistas que não se adaptavam a censura. Foi o caso do semanário Pasquim, onde os seus jornalistas foram presos na Vila Militar por dois meses enquanto o governo ameaçava a Volkswagen, caso ela continuasse anunciando no semanário. Outra tática dos militares era ameaçar, prender e torturar os familiares dos considerados subversivos, dentre eles, muitos jornalistas. Um dos homens de imprensa que passou por isso foi Dimas Perrin, que para evitar que seus familiares fossem presos e torturados, acabou tentando o suicídio:

Ninguém consentiria em ver a sua mulher e os seus filhos pelados, com fios elétricos amarrados nas partes sexuais. Tentei achar um meio de me matar. Vocês não imaginam o que é chegar à conclusão de que é melhor morrer para que os outros não venham a sofrer. Só quem passou por aquele lugar sabe como é duro perceber isso. Aquele lugar é um lugar sem esperança, é um inferno. Tentei arrancar um prego da privada para me matar, tentei



arrancar um arame da cama de lona que me deram no último dia, para enfiar no meu peito. Até papel higiênico tentei usar para me asfixiar, mas não consegui. Tentei roubar um revólver do policial e também não adiantou (JORGE, 2008, p.219).

Dentre os 20 jornalistas citados por Jorge (2008) mortos durante o regime, o caso mais conhecido é o do jornalista Vladimir Herzog. Em outubro de 1975 ele foi morto nas dependências do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo. “Infligiram-lhe torturas, disseram outros presos. Estes afirmam ter ouvido seus gritos” (JORGE, 2008, p.222). Entretanto, em nota oficial, o comando do Exército tentou alegar que Herzog se enfocara com um pano, porém, o médico legista que assinou o laudo, Harry Shibata, admitiu não ter visto o corpo.

As atrocidades, cometidas pelo Regime Militar contra os brasileiros e contra os jornalistas, duraram até o último ano do governo Figueiredo. Conforme o levantamento feito por Jorge (2008), em 1984 dois jornalistas foram mortos por militares: Mário Eugênio Rafael de Oliveira, fuzilado no dia 11 de novembro, em Brasília; e Paulo Brandão Cavalcanti, fuzilado no dia 13 de dezembro, em João Pessoa (PB).

Infelizmente a queda do regime militar não foi o suficiente para encerrar não só a censura contra a imprensa, que passou a ser cometida de diferentes maneiras por poderes políticos e econômicos, como também não encerrou a matança e as agressões físicas, como será demonstrado no próximo capítulo.

3 Os disfarces da censura na pós-redemocratização

Está no parágrafo IX do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística científica e de comunicação, independente de censura ou licença”. Pois quem pensou que com a queda do Regime Militar e a celebrada redemocratização a nova Constituição Federal, que previa o fim da censura, seria cumprida, enganou-se. De diferentes maneiras, a censura segue reaparecendo, ano a ano, de diferentes formas. Os censores, que antes tinham o amparo da lei, agora passam a atuar clandestinamente, às vezes infiltrados nas cúpulas de governo; de vez em quando tentando fazer uso da força política de seu nome ou partido; outras vezes atuando dentro de organizações criminosas; ou ainda, usando a força econômica para assediar moralmente o jornalista.

O fato é que ao pensarmos na profissão jornalista, tanto sob o ponto de vista da praticidade, quanto da teoria, esses tipos de censuras devem ser considerados. Pouco



tempo depois da promulgação da Constituição, o jornalista Luís Otávio Monteiro foi morto por policiais de Manaus conhecidos como Esquadrão da Morte. Além do assassinato, o grupo fez ainda ameaças a outros repórteres policiais que investigavam as atividades do grupo. Em carta publicada pelo Jornal da Tarde, de Manaus, e reproduzida por Jorge (2008, p.380) o grupo garante que ninguém os deterá: “Se for preciso, nós mataremos até o governador do estado, pois ninguém nos deterá, porque a polícia é quase nossa, só não é nossa por causa do secretário de Segurança. Mais cedo ou mais tarde, ele morrerá também”. Apenas em 2007 o policial civil Marlo Ricardo Souza dos Santos, envolvido na morte do jornalista, foi condenado a 16 anos de prisão.

Dois anos depois, durante o governo Collor, ainda conforme Jorge (2008), o correspondente da rádio Jovem Pan em Brasília, José Carlos Seixas, foi descredenciado e proibido de trabalhar no Palácio do Planalto por “mau comportamento”. Aliás, o governo Collor, que soube persuadir a imprensa a lhe apoiar nas eleições, após tomar posse, passou a atuar com postura ditatorial, conforme está bem detalhado no livro Notícias no Planalto, de Conti (1999). Aliás, um dos momentos onde a tentativa de intimidação à imprensa e de censura fica mais claro é quando representantes do governo federal invadem o prédio da Folha de S. Paulo.

Às três e meia da tarde de sexta-feira, 24 de março de 1990, seis fiscais da Receita, um delegado e dois agentes da Polícia Federal adentraram o prédio da Folha de S. Paulo, na alameda Barão de Limeira. Os policiais estavam armados e uniformizados com coletes pretos. O chefe deles, o delegado João Lourenço, além de um revólver, carregava um walkie-talkie (CONTI, 1999, p.302)

A operação visava prender o dono de um dos maiores jornais do país, Octavio Frias de Oliveira. A ação da Polícia Federal fez com que o jornalista escrevesse em seu jornal uma “Carta aberta ao senhor presidente da República”, repudiando o ato ditatorial de Collor.

Os absurdos cometidos contra a imprensa, comuns no período do Regime Militar, não foram exclusividade dos poderes executivo e legislativo. O judiciário também às vezes parece encarnar o fantasma da censura. Um exemplo disso foi a apreensão do jornal Tribuna Popular das bancas e ruas de São Lourenço do Sul (RS) em 2001, executada pela juíza substituta da cidade, Ana Paula Braga Alencastro (Jorge, 2008). A ação, que deu origem a censura, foi feita pelo então prefeito da cidade, Dari



Pagel, acusado pelo jornal de improbidade administrativa. Entretanto, outros jornais gaúchos divulgaram o caso sem sofrer a mesma punição.

Além dos governos e do judiciário, o crime organizado também aderiu a vertente de censurar jornalistas. O caso mais conhecido foi o assassinato do jornalista Tim Lopes em junho de 2002 por traficantes do Rio de Janeiro. Noblat (2002, p.23) aponta a responsabilidade do Estado para o caso: “A omissão do Estado, incapaz de garantir a segurança dos cidadãos, empunhou a espada dos traficantes de drogas que retalhou o corpo de Tim”. Depois de Tim Lopes, outros jornalistas também foram ameaçados e atacados pelo crime organizado.

Um dos jornalistas que sofreu com mais de um tipo de censura no período pós-redemocratização foi Amaury Ribeiro Jr., vencedor de quatro prêmios Vladimir Herzog e três prêmios Esso. No livro A privatária Tucana, Ribeiro Jr. (2011) conta como o crime organizado e grupos políticos tentaram silenciá-lo. No primeiro caso, Ribeiro Jr. estava fazendo uma matéria sobre o assassinato de crianças e adolescentes por chefes do tráfico da Cidade Ocidental (GO). A investigação foi interrompida quando, em setembro de 2007, dois homens invadiram o bar onde o jornalista estava acompanhado do motorista, ambos do Correio Braziliense, atingindo Ribeiro Jr. com um tiro no estômago, que quase o matou. Já no segundo caso, o censor foi o então candidato a presidência para as eleições 2010, ex-ministro do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), José Serra. Ao saber que o jornalista estava investigando uma tentativa de sabotagem contra a pré-candidatura do então governador de Minas Gerais, Aécio Neves, pelo PSDB, ele imediatamente ligou para o jornal de Ribeiro Jr.

A resposta não tardou. Serra agiu para tentar barrar a matéria ainda em fase de apuração. Telefonou em seguida para o então diretor de política do Correio Braziliense, Alon Feuerwerker. Ao ouvir de Feuerwerker que a matéria estava sendo tocada por Minas Gerais e para o Estado de Minas, Serra quis falar com a direção do jornal e com a irmã do governador Andrea Neves, sem sucesso (RIBEIRO JR. p. 27).

Entretanto, um dos casos recentes de abuso de poder contra jornalistas que mais repercutiu foi a tentativa de expulsão do país do correspondente do New York Times, Larry Rohter, do Brasil pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva. Alegando que o jornalista não tinha conhecimento sobre a situação política do país, e tentando apresentar uma imagem de um estrangeiro que não conhece o Brasil, o então presidente ignorou o texto que abre o artigo 5 da Constituição Federal: “todos são iguais perante a



lei, sem distinção de qualquer natureza, garantido-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2012, p.4). Conforme o relato de Rohter (2008), ao ser informado de que uma expulsão do norte-americano do país era uma medida anti-constituição, conforme fontes do Palácio do Planalto, o presidente teria exclamado: “Que se foda a Constituição! Quero que ele vá embora!” (ROHTER, 2008, p.186).

No livro Deu no New York Times, Rohter (2008) o autor conta que conhece o Brasil desde 1972 e entrevistou Lula pela primeira vez quando ele ainda era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Casado com uma brasileira, Rohter passou a falar português fluentemente, mas começou a desagradar o governo Lula ao divulgar matérias denunciando a corrupção no governo brasileiro, principalmente quando fez matérias ligando o assassinato do então prefeito de Santo André, Celso Daniel, com alguns nomes da cúpula do governo petista. Além disso, o autor lembra que o irmão de Celso Daniel, o cientista político Bruno Daniel Filho, foi ameaçado de morte em seu país e foi recebido pelo governo francês como exilado político (Rohter, 2008) só retornando ao Brasil em 2012. Entretanto, o estopim para a tentativa de expulsão do jornalista ocorreu quando ele publicou a matéria intitulada “Gosto do dirigente brasileiro pela bebida torna-se preocupação nacional”. Apesar do título, em sua obra Rohter (2008) publica a matéria na íntegra, que está muito bem contextualizada informando, inclusive, o nome de algumas de suas fontes, além de apresentar acontecimentos e gafes cometidas pelo presidente que são de conhecimento público.

O jornalista norte-americano também denuncia a postura ditatorial do governo, que “tinha sua própria versão peculiar da verdade, e qualquer um que ousasse se desviar da ortodoxia particular dele corria o risco de ser evitado ou rotulado de traidor, desonesto ou a serviço de alguma força obscura e vil” (ROHTER, 2008, p.171).

Já Marshal (2003) apresenta outro tipo de censura, posta em prática nas redações através do capital econômico. Segundo ele, esse sistema, que domina as empresas jornalísticas brasileiras, apresenta as seguintes conseqüências: deturpação da verdade, neutralização da informação, crise da profissão, liberdade de imprensa vira um mito e a criação de um gênero jornalístico cor de rosa (convergência entre jornalismo e publicidade).



O jornalista Gabriel Priolli, por sua vez, denuncia na edição de março de 2012 da Revista Imprensa que foi censurado três vezes nos últimos anos por escrever textos que desagradaram anunciantes, e conclui:

Hoje em dia, o que mais temos são tecnocratas pilotando as publicações, eugenistas da pureza ideológica neoliberal. São guardiões de interesses privados, não do interesse público ou sequer dos leitores. Soldados da tesoura, não da caneta. Duvido que isso seja bom para os acionistas e certamente não é para o jornalismo (PRIOLLI, 2012, p.50)

Dessa forma, conclui-se aqui essa etapa desta pesquisa, lembrando que segue o interesse desse pesquisador pelo tema. Espera-se que a partir dessa revisão bibliográfica, lembrando casos passados e analisando situações do presente de casos de todos os tipos de censura, outros pesquisadores também se interessem pelo tema. O que o presente artigo buscou levantar para ser discutido é a disparidade que existe entre o texto que a Constituição da República Federativa do Brasil apresenta com o que se vê nas práticas do jornalismo brasileiro. Como foi apresentado, a censura política e ideológica já não cometem tantas atrocidades como nos períodos de Getúlio Vargas e do Regime Militar, mas, por outro lado, está bem longe de estar morta. Para além dessa questão, também é notória a existência de outros tipos de censuras, como a imposta pelos interesses econômicos/financeiros e pela intimidação de todo o tipo de crime organizado. Cabe aos jornalistas e pesquisadores seguirem levantando esses problemas e discutindo-os para que a censura finalmente deixe de assombrar a imprensa no Brasil.



REFERÊNCIAS

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CASTRO, Ruy. **O anjo pornográfico**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- JORGE, Fernando. **Cale a boca jornalista**. Osasco: Novo Século, 2008.
- LOVE, Joseph L. **O Regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975. LUCAS, Fábio. Apresentação. In: BRITO, José Domingos de (Org.). São Paulo: Novera, 2007.
- MARSHAL, Leandro. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus, 2003.
- MORAIS, Fernando. **Chatô o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2003.
- PRIOLLI, Gabriel. **Ações de censura**. In: Revista Imprensa, São Paulo: Imprensa, n.276, março de 2012.
- RIBEIRO JR, Amaury. **A privatária Tucana**. São Paulo: Geração, 2012.
- RIO, João do. **O momento literário**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.
- ROHTER, Larry. **Deu no New York Times**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- SILVA, Juremir Machado. **As vozes da Legalidade**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2011.